



XI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade" São Cristóvão/SE/Brasil 21 a 23 de Setembro de 2017 ISSN: 1982-3657



Recebido em:
05/07/2017
Aprovado em:
06/07/2017
Editor Respo.:
Veleida Anahi
Bernard Charlort
Método de
Avaliação: Double
Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

POSSIBILIDADE PARA O TRABALHO DOCENTE EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: VALORIZAÇÃO OU PRECARIZAÇÃO

JANINE OLIVEIRA CARDEAL

EIXO: 22. EDUCAÇÃO E PESQUISA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

RESUMO

Neste artigo discute-se o trabalho docente em ambientes de educação não escolarizados, particularmente, nos espaços das Organizações Não Governamentais (ONGs). Tal temática permanece central em pesquisa realizada no curso de Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Foram realizados os seguintes procedimentos: a) levantamento cadastral das instituições atuantes no estado de Alagoas, b) investigação de duas organizações situadas em dois municípios alagoanos e c) discussão da produção científica que trata das temáticas: ONGs e Educação Não Formal. Conclusivamente, aponta-se que no campo do trabalho docente as ONGs oferecem possibilidades diferenciadas de profissionalização, que vão desde a gerência dessas instituições até a atuação como educador social.

Palavras-chave: Organizações não governamentais; Trabalho Docente; Educação não formal.

RESUMEN

En este artículo se discute el trabajo docente en ambientes de educación no escolarizados, particularmente, en los espacios de las Organizaciones No Gubernamentales (ONG). Esta temática sigue siendo central en investigación realizada en el curso de Doctorado por el Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Alagoas. Se realizaron los siguientes procedimientos: a) levantamiento catastral de las instituciones actuantes en el estado de Alagoas, b) investigación de dos organizaciones situadas en dos municipios alagoanos y c) discusión de la producción científica que trata de las temáticas: ONGs y Educación No Formal. En conclusión, se señala que en el campo del trabajo docente las ONG ofrecen posibilidades diferenciadas de profesionalización, que van desde la gerencia de esas instituciones hasta la actuación como educador social.

Palabras clave: Organizaciones no gubernamentales; Trabajo Docente; Educación no formal.

1. Introdução

No atual contexto educacional brasileiro os debates e discussões sobre a formação docente tem se constituído no principal veículo de reflexão acerca dessa categoria profissional, cuja "identidade" apresenta e se desenha de forma complexa e contraditória.

Com razão, a temática relacionada ao trabalho docente, bem como o seu papel na formação do sujeito e no desenvolvimento dos processos educativos, tem sido amplamente discutida em diversos cenários de discussões e objeto de análise de estudiosos e interessados em compreender a educação.

Diante desse interesse em discutir o trabalho dos profissionais da educação, se coloca como necessário o ato de refletir sobre a formação desse sujeito educador, tendo em vista que os aspectos formativos não podem ser dissociados do desenvolvimento da docência.

Estudos realizados por investigadores que tem se debruçado sobre a temática tem apontado que o modo como esse profissional é formado influencia a forma como ele irá se enxergar e conduzir o seu trabalho enquanto educador, mediador, formador. É exatamente nesse ponto que se introduz a questão das Organizações Não Governamentais (ONGs), sabendo que essas já compõem o cenário social e educativo brasileiro. Daí que se colocam os seguintes questionamentos: por se diferenciarem dos espaços marcadamente escolarizados, tais instituições não se configuram como um espaço de desenvolvimento de processos educativos. Quais são as possibilidades, em meio a esses processos, para a atuação da docência

A reflexão acerca dessas e de outras questões sugere que se perceba a educação para além dos limites dos muros e bancas escolares. Essa compreensão a respeito do desenvolvimento dos processos educativos nos âmbitos formais e não formais remete a uma discussão sobre a abrangência da atuação desses profissionais, sugerindo que essa não pode e nem deve se restringir ao âmbito formal das escolas.

A ampliação da atuação dos pedagogos tem se apresentado como favorável para os campos não formais que passam a contar com o desenvolvimento de um trabalho cada vez mais profissional, do mesmo modo professores que tem se relacionado com outros campos tem tornado suas áreas mais propensas à empregabilidade.

Dito isto, é necessário que os cursos de formação garantam espaços para o diálogo e a experiência com o campo não formal, no qual as ONGs tem se assegurado por conta dos serviços educacionais à sociedade. Trabalho esse, que no campo da não formalidade requer seriedade, compromisso e competência profissional. Nesse sentido, os cursos de pedagogia e outras licenciaturas precisam proporcionar uma formação que corresponda às demandas postas no cenário social e educativo contemporâneo.

2. Organizações Não Governamentais (ONGs): contextualização histórica e compreensão conceitual

Fazendo uma leitura política do momento em que as ONGs surgem no Brasil, na década de 60, percebe-se que ele estava marcado pela exclusão social onde não havia espaço para as liberdades democráticas. Isso resultava de relações desiguais de poder, nas quais determinadas alianças que representavam determinados grupos políticos utilizavam o Estado a serviço dos seus interesses, reproduzindo sua dominação e se impondo por meio da coerção sobre os dominados.

Nascimento (1994) argumenta que essa condição de exclusão é a impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos; a falta de condições de participar da vida política da sociedade; a estigmatização, a negação do direito a ter direitos, derivada do não reconhecimento da igualdade, da liberdade e da fraternidade como axiomas de relações entre os homens e mulheres.

Nesse cenário social, essas organizações desenvolviam atividades ligadas à educação popular. Tratava-se da manifestação de uma prática educativa dirigida aos militantes de base dos movimentos sociais e políticos da época. As ONGs se envolviam com esses movimentos no sentido de assessorá-los politicamente, visando fortalecer as atuações autônomas e críticas dos mesmos. Eram ações nascidas dentro dos Movimentos Sociais e, portanto, as ONGs conviviam sob uma combinação dos elementos políticos, ideológicos, econômicos e sociais, caracterizando um determinado momento histórico do país. Nesse sentido, os movimentos eram dinâmicas sociais e público-alvo das suas ações.

As instituições de caráter não governamental surgem com um marco político que as relaciona com a luta pela cidadania, portanto, é interesse das mesmas gerar possibilidades para que mudanças sociais aconteçam. No que diz respeito à população excluída, o que as ações desenvolvidas pelas ONGs pretendem é dar possibilidade para que um

conjunto de pessoas marginalizadas torne-se, em nossa sociedade, portadoras de direitos.

O trabalho desenvolvido pelas ONGs conquista certa visibilidade nos anos 80, principalmente pelo seu caráter de luta pela democracia, entretanto, a sociedade ainda não possuía um conhecimento bem definido acerca dessas organizações. Influenciadas por esse interesse da sociedade em conhecer quem eram e o que pretendiam, as ONGs não se limitaram ao assessoramento e desenvolvimento da educação popular e deram início a um processo reflexivo sobre o papel que desempenhavam na sociedade. Tal processo tinha por objetivo não somente dar maior visibilidade as ONGs, mas carregar de sentido as ações que elas executavam. Respalhando suas ações em reflexões acerca dos seus perfis e atuações na sociedade as organizações civis passaram a direcionar melhor o trabalho realizado.

Em meio à perspectiva de conhecer efetivamente as ações que desenvolviam e de serem reconhecidas, essas organizações adotaram a denominação “Organizações Não Governamentais”, sendo esta um empréstimo da terminologia utilizada no sistema das Nações Unidas. Terminologia essa que traduz certa imprecisão conceitual, uma vez que, em uma primeira leitura, temos a tendência de considerar que esse termo se refere a toda e qualquer entidade civil promotora de ações em que, o Estado ou o governo não tenha ingerência sobre o planejamento, monitoramento e a avaliação das mesmas. Porém, não pode se abrigar sobre essa sigla “ONG” qualquer entidade, posto que, a rigor, o campo das Organizações Não Governamentais está diretamente vinculado à perspectiva do Estado.

Assim sendo, são aparelhos coletivos de ação não estatal, mas que interagem com as políticas públicas implantadas em um determinado tempo histórico de uma determinada sociedade. Não por acaso, as ONGs relacionam-se com a esfera estatal. Por conta disso, podem servir de instrumentos de implantação e implementação de políticas públicas, tanto no setor social quanto educacional. Além do mais, essas organizações podem sugerir um entendimento da ampliação do interesse coletivo em face à participação social que não pode prescindir da organização civil. Desse modo, as instituições não governamentais podem personificar uma ação estatal.

Comumente, o conceito de ONG é relacionado com o de outras organizações que compõem o Terceiro Setor, a saber: movimentos sociais, sindicatos, associações de bairros, dentre outros. A própria utilização do termo Terceiro Setor para diferenciar aquilo que não diz respeito nem ao Estado e nem ao Mercado tem sido objeto de discussão entre os estudiosos da área. Segundo Fernandes:

O conceito denota de um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Esse é o sentido positivo da expressão, bens e serviços públicos, neste caso, indicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas. (FERNANDES, 1994, p.21)

Assim como se esclarece que nem tudo que não é governamental é de fato uma ONG, ratifica-se que o Terceiro Setor não se resume as ONGs. Observa-se, ainda, que tais organizações têm acompanhado o fenômeno do crescimento do Terceiro Setor como nenhuma outra organização que o compõe tem feito.

Sobre a conceituação do Terceiro Setor, a Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (ABONG) o descreve como sendo um universo de instituições que se reconhecem como distintas do Estado. Cabe diante desse universo, o delineamento específico das ONGs de acordo com as suas ações.

Quanto ao desenvolvimento de suas ações ratifica-se que elas não podem substituir ou se sobrepor àquelas geridas pelo poder público estatal. As ONGs não podem perder de vista a característica primordial do seu trabalho, que se constitui na construção de um elo político no que tange à prestação de serviços envolvendo o Estado e as populações locais. Nesse caminho da parceria, acredita-se que as ONGs têm procurado manter uma postura crítica diante das problemáticas sociais. O que revela que tais instituições, apesar das mudanças que sofreram em sua trajetória histórica, desenvolvem um trabalho regido pela luta democrática.

Em tal sentido, nesta pesquisa trabalha-se com o seguinte conceito de ONG: é uma instituição comprometida com uma função de atuar como agente democrática de desenvolvimento político e social, desempenhando um papel de caráter público diante da sociedade civil.

3. As organizações Não Governamentais e o envolvimento com o campo da Educação Não Formal

O envolvimento das ONGs com o campo educativo não é algo novo e na historicidade dessas organizações percebemos que a educação não formal sempre foi uma área para o desenvolvimento das ações não governamentais. Nas décadas de sessenta e setenta, cenário onde surgiram, já existiam iniciativas na área.

Em verdade, segundo Oliveira e Haddad (2001), a grande maioria das instituições já atuava no âmbito da educação, entretanto, não tinha a visibilidade, pois se tratava de uma ação militante desenvolvida silenciosamente por conta da repressão e da censura impostas pelo regime militar.

Sobre o desenvolvimento das ações educativas nessa época Oliveira e Haddad esclarecem que:

Os processos educativos sofriam grande influência do pensamento pedagógico desenvolvido no período anterior ao golpe, durante os primeiros anos da década de 60, quando as ideias do educador brasileiro Paulo Freire se disseminaram entre centenas de experiências de educação popular, denominadas na oportunidade como “movimentos de cultura popular”. (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 77)

Tendo em vista que esses processos educativos eram desenvolvidos no âmbito não formal, aqui especificamente nas organizações não governamentais, cabe uma reflexão sobre esse campo de desenvolvimento de aprendizagens e troca de saberes (GOHN, 2010).

As organizações não governamentais estão inseridas no campo da educação não formal. Diante disso, é preciso de acordo com Gohn (2010), autora que tem contribuído para o diálogo sobre os processos educativos não escolarizados, caracterizar brevemente os outros campos educativos, sendo eles: o da educação formal e o da educação informal. Tal caracterização possibilita o esclarecimento acerca dos espaços em que se realizam os processos educativos, da forma como o trabalho educativo é realizado e ainda permite conhecer a atuação dos mediadores de tais processos.

Sobre os espaços onde se desenvolvem ações educativas Gohn escreve:

Na educação formal estes espaços são os do território das escolas, das instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Na educação não formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais. Já a educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. (GOHN, 2010, p. 17).

Tal concepção sugere que se pense a educação informal como um campo favorável para o desenvolvimento de aprendizagens significativas para os sujeitos que o integram. Nesse sentido, diferentemente do campo formal, no qual, ainda segundo a autora, o papel do educador é ocupado pelos professores e no campo informal pelos pais, amigos, líderes religiosos e outros, na educação não formal os educadores são todos aqueles que interagem dentro de determinado grupo.

Há de se reconhecer que o campo educativo não formal se difere em muitos aspectos dos campos formal e informal. Entretanto, quando um estudo se remete a pensar sobre esse campo específico da não formalidade deve considerar que o mesmo possui objetivos e finalidades peculiares que permeiam todos os processos educativos.

Autores que tem se debruçado sobre esse campo como objeto de estudo tem defendido que é justamente essa especificidade quanto à pretensão de desenvolver determinadas ações que caracterizam esse campo e que, portanto, o distingue do campo informal.

Diante disso, as Organizações Não Governamentais que se caracterizam não apenas pelo fato de desenvolver ações sem a ingerência do Estado, mas, sobretudo, pela função de atuar como agente democrática de desenvolvimento

político e social, tem ampliado as suas participações no campo educativo não formal.

Não à toa cada vez mais tais instituições tem se aproximado da educação não formal, tendo em vista que este campo tem possibilitado a ampliação e o fortalecimento das ações dessas organizações. A Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (ABONG), tem confirmado, por meio de pesquisas realizadas no território nacional, que as ONGs tem se destacado à medida que tem atendido determinadas demandas sociais através do desenvolvimento de processos educativos.

Mediante ao crescimento das organizações da sociedade civil por conta, sobretudo, do envolvimento com a educação não formal, ressalta-se a necessidade de refletir a respeito não somente das ações desenvolvidas, mas também sobre as possibilidades de desenvolvimento do trabalho docente nessas instituições de caráter educacional.

4. Possibilidades do trabalho docente em Organizações Não Governamentais de caráter educacional

Assim como por vezes o conceito de educação não formal tem sido confundido, a sua finalidade ainda não tem sido amplamente discutida a ponto da academia e da própria sociedade compreender o que tencionam as organizações que atuam por meio da educação não formal, de que forma será realizado o trabalho, a motivação para a realização dessas ações, dentre outras questões.

No âmbito acadêmico ainda se percebe uma ausência quanto ao estabelecimento de espaços, até mesmo nas disciplinas da graduação dos cursos de pedagogia, para estudar, investigar e discutir a educação não formal. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 destaca em seu artigo primeiro: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Entretanto, membros da academia ainda tem resistido quando se trata de discutir tal temática.

Diante dessa restrição do desenvolvimento do trabalho educativo ao espaço escolar e especificamente a sala de aula. Limitação que pode ser observada nas próprias grades curriculares de cursos de formação de professores que ainda não direcionam o olhar para os diversos espaços onde a educação acontece, dentre eles as Organizações Não Governamentais. Desta forma, as possibilidades de atuação dos professores acabam sendo silenciadas, quando no atual contexto precisariam ser cada vez mais discutidas para além das salas de aula e dos muros escolares.

Do mesmo modo se faz necessário delinear para a sociedade: o papel, a intenção, os meios para o desenvolvimento do trabalho, neste caso o educativo, a fim de que os sujeitos tornem-se mais do que público-alvo das ações de ONGs, mas sujeitos que interagem e que constroem coletivamente propostas de intervenção social.

Assim como a academia e a sociedade precisam refletir sobre o papel formativo dos processos educativos não formais, coloca-se como um ponto fundante a necessidade de repensar as possibilidades do trabalho docente. É preciso que os alunos em período de licenciamento ampliem a concepção acerca das formas como pode atuar de acordo com os diversos espaços.

Pensar sobre os processos educativos não formais desenvolvidos nas organizações da sociedade civil, remete a uma reflexão sobre os profissionais que atuam nesse campo. Gohn (2010) apresenta outra questão, a saber: necessidade de reflexão sobre a formação desses profissionais que atuam nesse campo. Discutir a formação dos professores, não é a pretensão do presente estudo, embora se reconheça aqui que tal ponto é relevante para enriquecer o diálogo sobre as possibilidades docente.

Gohn sugere ainda que é preciso pensar sobre para que está se formando um profissional. No caso dos educadores, é necessário questionar uma formação que possibilite a atuação “junto às comunidades organizadas, onde as práticas de educação não formal estão presentes” (GOHN, 2010, p.50).

Diante do reconhecimento das ONGs como campo de desenvolvimento significativo de processos educativos não formais, cabe uma reflexão sobre as possibilidades de atuação dos profissionais da educação nesse espaço. É preciso primeiro ter clareza quanto às especificidades educativas nesse âmbito, para então poder propor um trabalho pedagógico diferenciado que acorde com as finalidades pretendidas pela instituição.

A atuação do docente nesse âmbito não governamental precisa ser conduzida com seriedade e o compromisso com os sujeitos a quem se dirige o seu trabalho. O esforço do educador deve estar apoiado em um fazer planejado. Entretanto, algumas características se colocam como possibilitadoras dessa atuação pedagógica. A primeira delas diz respeito à capacidade de colher informações, dados relevantes sobre determinada realidade para que dessa forma sejam propostas ações interventivas. Nesse processo é fundamental que os educadores sejam capazes de realizar uma atividade de escuta das perspectivas, necessidades e dessa forma perceber as demandas da comunidade.

Outra característica se apresenta como a prática dialógica, posto que o trabalho nesses espaços requer todo um esforço do educador de promover o diálogo com os sujeitos das ações, não somente na proposição de ações, mas na construção, desenvolvimento e avaliação dessas ações. Esse diálogo na prática é um ponto fundante para que se possa estabelecer uma real interação, segundo a qual o sentido do ensinar está no aprender com o outro.

Por fim, Gohn apresenta uma característica dos educadores que é a capacidade de “desenhar cenários futuros; os diagnósticos servem para localizar o presente, mas também para estimular imagens e representações sobre o futuro” (GOHN, 2010, p. 54). Ou seja, o trabalho educativo deve ter claramente definido os seus objetivos baseados em perspectivas de transformações sociais. O trabalho docente nesse campo só é possível mediante a expectativa que determinadas ações contribuirão para o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos em todo o processo educativo.

Dito isto, ressalta-se que o interesse pelo campo educativo tem crescido por parte das ONGs, bem como as suas ações estão alcançando um quantitativo bastante representativo em nosso contexto alagoano. Desta forma, é interessante pensar na forma como os educadores podem atuar nesses espaços. Tendo em vista que já foi traçado a partir do que eles desenvolvem seu trabalho, que é a partir das características específicas acima citadas, cabe nesse momento dialogar sobre a possibilidade desses docentes, desenvolverem seu trabalho.

Os profissionais que atuam nas ONGs são conhecidos como educadores sociais (Gohn, 2010), porque, sobretudo, o seu trabalho educativo não pode se apresentar como indiferente às demandas sociais de comunidades. São educadores que realizam um trabalho de intervenção em problemáticas sociais diagnósticas em determinada localidade. Tem crescido o interesse e envolvimento de pedagogos nesse campo não governamental. Envolvimento esse que não tem sido incentivado pela academia, mas pelas próprias experiências desses sujeitos com as ONGs.

Além da atuação enquanto docentes nesses espaços, os profissionais da educação tem a oportunidade de atuar em diversos âmbitos. Dentre eles destaca-se a gerência dessas instituições. É certo que o campo não formal possui as suas especificidades, deste modo, a forma como são geridas, conduzidas e executadas as ações nessas organizações possui características distintas daquelas desenvolvidas no campo formal escolar. A compreensão dessas novas possibilidades de atuação contribui para a profissionalização desses sujeitos. Portanto, as ações educativas, desenvolvidas no espaço não formal, corroboram para a compreensão da amplitude não somente da atuação dos sujeitos educadores, mas do papel formador, que esses possuem, no processo de construção do conhecimento.

Como educadores sociais os pedagogos e professores de outras licenciaturas tem a oportunidade de desenvolver um trabalho pedagógico diferenciado, que agrega características particulares desse campo. Portanto o trabalho docente será realizado de acordo com objetivos específicos, dentre eles: adentrar a uma realidade propondo atividades condizentes com o interesse e a realidade dos sujeitos envolvidos. Seja desenvolvendo ou coordenando projetos, participando e dirigindo roda ou sessões de conversa ou, ainda, engajado nas mais diferentes ações das instituições não governamentais é preciso que os pedagogos tenham clareza do seu papel enquanto sujeito mediador, que compreendam que “quem *ensina aprende* ao ensinar, e quem *aprende ensina* ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 25).

Os processos educativos desenvolvidos nas ONGs pesquisadas: Semeador; Paz e Amor foram acompanhados no sentido de compreender como são pensados e desenvolvidos. As instituições atuam no âmbito municipal, desenvolvem trabalho voltado para crianças e adolescentes, realizam parcerias com o poder público para a implementação de projetos, e ambas contam uma diversidade na formação dos profissionais envolvidos.

Quadro 6: Quadro geral da formação dos colaboradores – Paz e Amor

Nível Médio Completo	02
Curso Técnico e/ou Profissionalizante	05

Nível Superior Incompleto	10
Nível Superior Completo	02
Pós-Graduação	03

Quadro 9: Quadro geral da formação dos colaboradores – Semeador

Nível Fundamental Completo	02
Nível Médio Completo	06
Curso Técnico e/ou Profissionalizante	02
Nível Superior Incompleto	16
Nível Superior Completo	02
Pós-Graduação	02

Percebe-se que os processos formativos nesses espaços não são pensados somente a partir da perspectiva dos educandos, portanto, consideram as questões que se voltam à formação dos educadores envolvidos. Os processos educativos não formais desenvolvidos tanto na *Paz e Amor*, quanto na *Semeador* têm contribuído de forma relevante em diversos sentidos. A respeito dessa contribuição, a partir da entrevista realizada com vinte educadores, sendo dez de cada ONG, identificou-se suas impressões.

O trabalho da instituição tem agregado à minha vida saberes muito específicos que tem contribuído para o meu desenvolvimento enquanto sujeito, enquanto educadora, e educanda. Porque aqui eu tenho aprendido muito, com as vivências, com as posturas, com os colegas e ainda mais com as crianças e adolescentes (Educador 5).

Antes eu não tinha cuidado no trato com as crianças. Mudou meu jeito de olhar e falar aqui na minha vida pessoal (Educador 11).

Na minha construção enquanto ser, o instituto tem influenciado nas minhas decisões. Me tornei uma pessoa protagonista (Educador 18).

O trabalho interventivo, no qual esses sujeitos participam como protagonistas, tem desenvolvido também os princípios de coletividade, cooperação, construção social, e desta forma, tem colaborado para a formação dos educadores como sujeitos de relações, capazes de pensar e agir coletivamente. De acordo com os respondentes, dentre os diversos conhecimentos possibilitados, essas questões que envolvem a percepção dos aspectos da vida comunitária tem influenciado suas construções. A respeito dessa questão, os educadores afirmam:

Aprendi muito aqui. Contribui até para o meu desenvolvimento como designer. Tive mudanças de percepção na minha vida pessoal, com relação ao meu futuro e na vida comunitária, aprendi que sozinho não podemos nada. (Educador 13).

O instituto tem influenciado na minha forma de conduzir as minhas práticas. Tenho aprendido nesse espaço que posso realizar um trabalho formativo que seja realmente significativo para os sujeitos. Tenho aprendido com as experiências de cada dia a ser um educador que constrói junto com os educandos. (Educador 6)

O instituto foi um grande aliado na minha construção de mundo, concepção de viver. Abriu a minha mente para a minha formação, influenciou no meu curso. Me ajudou a enxergar o próximo (Educador 17).

Essa contribuição na forma de se perceber e de perceber o mundo tem corroborado para a formação de sujeitos que

se enxergam como cidadãos, com direitos que precisam ser assegurados e efetivados por políticas públicas. Políticas estas, que podem ser cobradas a partir do engajamento dos sujeitos nas questões sociais. Portanto, o trabalho desenvolvido nos espaços não governamentais também favorece a formação desses educadores, enquanto cidadãos, que exercem a sua cidadania, e que, portanto, percebem a importância de sua participação ao se engajar nas questões de interesse social.

O trabalho desenvolvido na instituição tem ajudado a minha compreensão de mundo e de sociedade. Tenho aprendido muito mais do que tenho ensinado. Hoje, percebo que as questões sociais estão presentes em todo processo educativo. E daí a importância de tratar essas questões para desenvolver ainda mais a educação. (Educador 8)

A partir desse trabalho eu tive um esclarecimento sobre a sociedade. Encontrei um lugar na sociedade. Mudou a minha forma de enxergar o mundo, as pessoas. (Educador 10).

O trabalho no qual eu estou envolvida me permitiu desenvolver, crescer o meu olhar em torno da sociedade. Me permitiu esse conhecimento crítico sobre a sociedade. (Educador 14).

O conhecimento crítico em torno das questões sociais tem possibilitado que esses sujeitos mais do que se posicionem, se envolvam nas lutas pelos direitos sociais, que tomem a frente, que se desenvolvam enquanto educadores comprometidos em realizar uma prática para a transformação social. Neste sentido, os processos educativos desenvolvidos nesses espaços desempenham um papel importante junto a essa formação de sujeitos preocupados com a dimensão política, econômica e social, e comprometidos com a transformação de determinada realidade.

As possibilidades para o trabalho docente são ampliadas no cenário das ONGs e dialogam de forma mais orgânica com as questões sociais. Os educadores nesses espaços desenvolvem a sua identidade profissional ao passo que se caracterizam enquanto interventores sociais, sujeitos que vivenciam processos que influenciam na criticidade e humanização de suas formações e atuações.

O trabalho docente nesses espaços não é percebido, nesse estudo, a partir da perspectiva de precarização ou mercantilização da educação. Pelo contrário, é observado a partir da possibilidade de valorização dos sujeitos docentes quanto o desenvolvimento de seus papéis na tessitura social. Visto que, não é salutar que a presença de tais profissionais se limite aos muros e bancas escolares, em meio a uma diversidade de organismos sociais nos quais o trabalho docente desempenha papel preponderante para o desenvolvimento político, econômico, social e, sobretudo, humano.

4. Considerações Finais

A expansão do desenvolvimento do trabalho das ONGs no país e especificamente em Alagoas tem desencadeado, no âmbito acadêmico e em outras esferas da sociedade, o interesse pelo conhecimento com relação a: quem são, o que fazem e quais as perspectivas que essas organizações possuem.

Percebe-se que alguns fatores tem assegurado cada vez mais o domínio dessas organizações no campo da prestação pública dos serviços no âmbito da educação, portanto se faz necessário analisá-los a fim de refletir sobre as mudanças sociais ocasionadas por tal aproximação com a educação. Nesse sentido ressalta-se a importância de refletir sobre quem são os profissionais que atuam nesses espaços da sociedade civil organizada, bem como delinear as possibilidades de desenvolvimento de um trabalho docente voltado para as especificidades do campo.

Apresenta-se como necessário à prática dos pedagogos e profissionais da educação compreender o campo onde será desenvolvido o seu trabalho, mais ainda é preciso que esses sejam capazes de realizar um movimento de escuta dos sujeitos para dessa forma atuar de acordo com as demandas humanas e sociais.

Não se pode desconsiderar o fato que as organizações não governamentais têm fortalecido os seus papéis sociais, inclusive pelo caráter educativo, vez que desde as suas gêneses elas se relacionam com a educação. Diante disso é preciso que se discutam as possibilidades de atuação do trabalho docente para além das bancas e muros escolares.

Os processos educativos desenvolvidos nessas instituições não têm por pretensão se opor aos processos educativos desenvolvidos no espaço escolar formal, tampouco substituí-los. Essas organizações jamais tencionaram ocupar um espaço ou realizar um dever que compete ao Estado no que diz respeito à prestação de serviços públicos educacionais.

O objetivo de tais instituições se configura como sendo o de é trabalhar junto às comunidades a fim de promover o desenvolvimento da sociedade como um todo, atuando pelo viés educativo. Viés esse que deve privilegiar uma formação diferenciada no sentido de contribuir para que os envolvidos nas ações se construam enquanto sujeitos.

Em tal sentido, reconhece-se que é importante discutir a relação ONGs e educação para além do espaço acadêmico, oportunizando assim, o engajamento da sociedade nesse diálogo que diz respeito, primeiramente, a luta democrática. O estudo abre, no âmbito educativo, um caminho no campo investigativo que diz respeito à reflexão acerca das possibilidades dos profissionais desenvolverem um trabalho docente condizente com as propostas da educação não formal. Entende-se que essa discussão não pode mais ficar silenciada entre aqueles que atuam e se interessam por compreender o processo educacional alagoano sob pena de não se apreender (em sua totalidade) o desenvolvimento social em curso.

ABONG. *Sustentabilidade das ONGs no Brasil*: acesso a recursos privados. Rio de Janeiro :Abong, 2010.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:. Acesso em: 30 de nov. 2010.

FERNANDES, R. C. *Privado, porém público - O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Editora: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969.

GOHN, M.G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, M. G. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010. V.1 (Coleções questões de nossa época)

LANDIM, L. *Para além do mercado e do Estado Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos do ISER, 1993.

NASCIMENTO, E. P. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares In: DINIZ, E.; LOPES, J.S.L; PRANDI, R. (orgs.). *O Brasil no rastro da crise*: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Ipea, 1994, p. 289- 303.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. *As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação*. Cadernos de Pesquisa, n.112, mar. 2001, p. 61-87.

SOUZA, H. de; RODRIGUES, C. *Ética e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994 .

Mestre em Educação, atualmente é aluna do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira no CEDU/UFAL, onde desenvolve sua pesquisa de doutorado na linha de história e política da educação. É membro do grupo de pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE). Bolsista da CAPES. E-mail: ninecardeal@gmail.com.